

GOVERNO ABERTO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: FORTALECENDO O MOVIMENTO DE CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL

Priscila Machado Borges Sena

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
priscila.sena@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-5612-4315>

Bianca Amaro de Melo

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Pompeu Fabra. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
bianca@ibict.br

<https://orcid.org/0000-0002-4703-8992>

Nivaldo Calixto Ribeiro

Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.
nivaldo@ufla.br

<https://orcid.org/0000-0003-0650-0121>

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo

Doutor em Informática pela Universidade de Brasília. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
washingtonsegundo@ibict.br

<https://orcid.org/0000-0003-3635-9384>

RESUMO

Estabelece-se para este artigo o objetivo de reconhecer na produção científica brasileira em Ciência da Informação os tipos de abordagens em torno da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP). Efetuou-se uma revisão rápida da literatura, no dia 25 de maio de 2022, com busca estruturada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), com o termo "Governo Aberto" em todos os campos dos documentos. Foram encontrados 39 documentos. Eliminados os documentos oriundos de eventos e as duplicações, a busca resultou em 34 documentos. Após a leitura do resumo, para identificação do alinhamento ao escopo deste trabalho, foram selecionados 24 documentos. Na fase de análise de dados, utilizou-se o modelo proposto por Oliveira em 2008, composto por três etapas: 1. Pré-análise, 2. Exploração do material ou codificação e 3. Tratamento dos resultados. Foram estabelecidas cinco unidades de análise: Acesso à informação, Dados abertos, Gestão, Governo Aberto e Recursos tecnológicos abertos. Conclui-se que, se por um lado há identificações e busca de suporte teórico na Ciência da Informação, por outro há aplicações de métodos e ferramentas com a finalidade de garantir o fortalecimento das ações de Governo Aberto e o acesso da sociedade a informações com efetividade e eficiência.

Palavras-chave: Governo Aberto. Acesso à informação. Revisão rápida da literatura.

OPEN GOVERNMENT IN SCIENTIFIC PRODUCTION IN INFORMATION SCIENCE: STRENGTHENING THE OPEN SCIENCE MOVEMENT IN BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this work is to recognize in the Brazilian scientific literature the types of approaches surrounding the Open Government Partnership (OGP). To this end, a quick literature review was carried out on May 25, 2022, with a structured search in Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), with the term "Open Government" in all fields of the documents. Through this strategy, 39 articles were retrieved. After eliminating documents from events and duplications, the search resulted in 34 documents. After reading the abstract, to identify the alignment with the scope of this work, 24 documents were selected. In the data analysis phase, the model proposed by Oliveira (2008) was used, consisting of three stages: 1. Pre-analysis, 2. Exploration of the material or coding and 3. Treatment of the results. Five units of analysis were established: Access to information, Open data, Management, Open government and Open technological resources. It is concluded that, if, on the one hand, there are identifications and the search for theoretical support in Information Science, on the other hand, there are applications of methods and tools in order to ensure the strengthening of Open Government actions and society's access to information effectively and efficiently.

Keywords: Open Government. Access to information. Rapid review of the literature.

1 INTRODUÇÃO

Buscando transformação na governança de seus países visando à promoção e ao fortalecimento das democracias, o combate à corrupção e o incentivo a inovações e tecnologias, atualmente, 80 países compõem a *Open Government Partnership* (OGP), uma parceria que assumiu diversos compromissos visando tornar seus governos mais transparentes. Inicialmente, assinaram a Declaração de Governo Aberto e apresentaram seus Planos de Ação à OGP países como Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido. Entre seus objetivos estão a disseminação e apoio às práticas voltadas à transparência governamental, acesso à informação pública e participação social (BRASIL, 2022a).

A OGP no Brasil teve seu 5º Plano de Ação Nacional concluído em dezembro de 2022. O Plano contou com cinco temas indicados pela sociedade civil, cinco pelo Governo e dois por outros poderes. O tema oito “Transparência em Ciência: novos mecanismos de avaliação para o avanço da Ciência Aberta”, um dos priorizados pelo Governo orientou a definição do Compromisso 8 “Construir uma proposta de modelo de avaliação que fomente a Ciência Aberta”, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (BRASIL, 2022b).

Com origem no início da década de 1950, o IBICT nasceu da necessidade de se criar um centro nacional de bibliografia e, com o tempo, tornou-se um importante ator na promoção da popularização da informação científica e tecnológica. Atualmente, é referência em projetos concernentes ao movimento do acesso livre ao conhecimento (BRASIL, 2021).

Esse histórico de atuação com forte alicerce na Ciência da Informação faz do IBICT órgão competente para coordenar a concretização do Compromisso 8, pois visualizam-se nessa área constructos teóricos e práticos de base e suporte aos processos informacionais. Isto porque a origem da Ciência da Informação, de acordo com Araújo (2018), está diretamente conectada com a organização e entendimento da informação científica e tecnológica.

Uma das primeiras definições de Ciência da Informação é a de Taylor (1966), posteriormente reelaborada por Borko (1968), que a determinou como área de investigação do comportamento e das características da informação, relacionando-se ao conjunto de conhecimentos referentes à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, modificação e uso da informação. Diante do exposto, questiona-se: como pesquisadores da área de Ciência da Informação têm abordado o tema Governo Aberto em suas pesquisas?

Ao evidenciar relevante contribuição da Ciência da Informação ao propósito da OGP em geral e ao compromisso atual direcionado para o fomento, fortalecimento e sustentabilidade

da Ciência Aberta, busca-se neste trabalho reconhecer na produção científica brasileira em Ciência da Informação os tipos de abordagens em torno da Parceria para Governo Aberto, o que justifica a escolha da Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), a qual “disponibiliza referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área” (BRAPCI, 2022).

As pesquisas de produção científica, conhecidas como bibliométricas, segundo Witter (1999), permitem a avaliação da qualidade e da quantidade do conhecimento gerado, a análise de detalhes das pesquisas, da autoria e coautoria, dos laboratórios responsáveis, dos procedimentos teóricos metodológicos adotados e de seus resultados, com o intuito de revelar o desenvolvimento de determinada área e suas ramificações abordando a sua importância nos mais diversos aspectos.

Desse modo, a estrutura estabelecida para descrever a produção científica referente ao objetivo deste trabalho é: 1 Introdução – onde se apresenta o tema, contexto, pergunta, objetivo e estrutura do trabalho; 2 Relação entre Ciência Aberta e Parceria para Governo Aberto – em que se pontuam definições e características da Ciência Aberta pertinentes à OGP; 3 Procedimentos metodológicos – onde se descreve o processo de obtenção dos dados e análise; 4 Análise e discussão dos dados – em que se analisa e discute os dados com vistas a inferir insights pertinentes ao objetivo estabelecido; 5 Considerações finais – onde se sintetizam os resultados obtidos e Referências – onde estão listados os documentos utilizados para suporte e análise.

2 RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA ABERTA E PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO

Por Ciência Aberta subentende-se acesso aberto à informação científica, dados abertos, maior transparência nos procedimentos científicos, redes abertas de ciência e ciência cidadã (BERTIN *et al.*, 2019). Ou seja, trata-se da extensão do princípio de acesso aberto a práticas e metodologias, tornando cada passo da pesquisa científica aberto a todos cidadãos (VALZANO, 2020).

De acordo com a Facilitate Open Science Training for European Research (FOSTER, 2019), a Ciência Aberta é a prática da ciência que permite a colaboração e contribuição, em que dados de pesquisa, notas de laboratórios entre outros processos de pesquisa são disponibilizados gratuitamente, em termos que possibilitam a reutilização, redistribuição e reprodução da pesquisa e seus dados e métodos subjacentes.

Por se assemelhar a um ecossistema, a Ciência Aberta envolve os seguintes aspectos: a) filosóficos: ética, integridade, transparência; b) científicos: inovação, uso, reuso, reprodutibilidade,

replicabilidade; c) sociais: rede de colaboração, ciência cidadã, compartilhamento e democratização da informação; d) tecnológicos: padronização, rastreabilidade, interoperabilidade; e) políticos: relativas ao desenvolvimento de legislações e políticas públicas para a promoção da Ciência Aberta; f) econômicos: alusivas ao investimento econômico, a infraestruturas de comunicação científica e a negociações de acesso à informação de maneira estratégica entre outros países (SILVEIRA *et al.*, 2021).

Evidencia-se que a Ciência Aberta favorece a democratização da ciência e reverbera no acesso gratuito à educação e à cultura, direitos fundamentais da humanidade, garantidos desde 1948 pela *Universal Declaration of Human Rights* (VALZANO, 2020). Desse modo, relaciona-se diretamente com a Parceria para Governo Aberto, no cerne de seus objetivos, citados na introdução deste artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

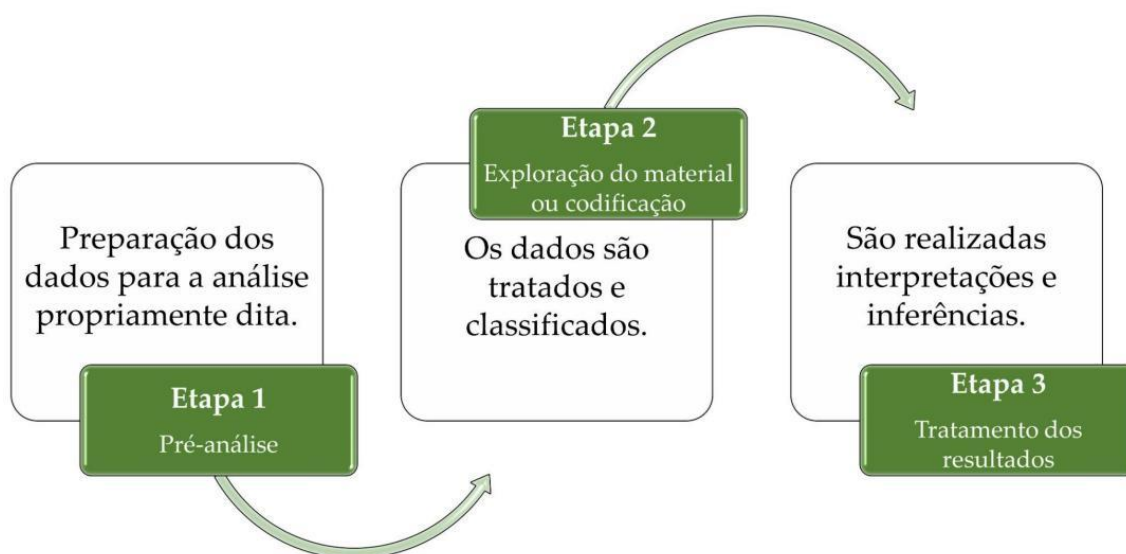
Caracteriza-se a presente pesquisa como bibliográfica, exploratória e descritiva, com análise quali-quantitativa. Utiliza-se o método de revisão rápida devido aos benefícios de celeridade da pesquisa e custo, e a técnica de análise aplicada foi a bibliométrica. De acordo com Hamel *et al.* (2020), uma revisão rápida é uma forma de síntese do conhecimento que pode acelerar o processo de condução de uma revisão sistemática tradicional por meio da simplificação ou omissão de uma variedade de métodos para produzir evidências de maneira eficiente em termos de recursos, mantendo o mesmo rigor.

Realizou-se, no dia 25 de maio de 2022, um levantamento das publicações indexadas na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), com o termo “Governo Aberto” em todos os campos dos documentos, sem qualquer tipo de filtro de data ou tipo de documento.

Foram recuperados 39 documentos. Eliminados aqueles oriundos de eventos e as duplicações, resultou em 34 documentos. Após a leitura do resumo para identificação do alinhamento ao escopo deste trabalho, reconhecimento dos tipos de abordagens em torno da Parceria para Governo Aberto na literatura científica brasileira, foram eliminados mais dez documentos que: tratavam da temática em outros países; acesso aberto de forma geral; repositórios institucionais de universidades; marketing em arquivos; que não estavam disponíveis para *download* e relato de evento. Dessa forma, foram selecionados 24 documentos que compõem o conjunto de pesquisas analisadas.

Na fase de análise de dados, utilizou-se o modelo proposto por Oliveira (2008), composto por três etapas, conforme Figura 1.

Figura 1 – Processo de análise de dados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022) com base em Oliveira (2008).

Etapa 1: Os artigos foram organizados em uma base de dados relacional, o que contribuiu para uma visualização panorâmica do conjunto de estudos analisados na pesquisa, possibilitando identificar os periódicos que publicaram sobre o tema, os anos de publicação, o estrato Qualis para o quadriênio 2013-2016 e a proposta de 2019.

Etapa 2: Os dados foram tratados e classificados em cinco unidades de análise pré-definidas: Acesso à informação, Dados abertos, Gestão, Governo Aberto e Recursos tecnológicos abertos. Nessa etapa, foi realizado o fichamento dos artigos, extraíndo as assertivas principais relacionadas ao tema da publicação, essencial para a etapa seguinte.

Etapa 3: Realizaram-se interpretações e inferências, destacando-se as informações relacionadas ao Governo Aberto, observando o seu contexto atual.

Diante dessas estratégias, entende-se que foram alcançados insights analíticos relevantes para responder à questão da pesquisa e atingir o objetivo norteador.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, são detalhados os resultados obtidos em cada uma das três etapas estabelecidas por Oliveira (2008).

4.1 Etapa 1: Pré-análise

Nesta etapa, foram observados os títulos de periódicos que publicaram sobre o tema e identificou-se que a produção científica sobre a temáticas e encontra dispersa. Diante dos critérios estabelecidos na pesquisa, o periódico que mais publicou sobre Governo Aberto foi Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com três artigos, seguida por Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Ciência da Informação, Acervo – Revista do Arquivo Nacional, com 2 artigos, e outros 15 títulos também publicaram ao menos um artigo sobre o tema: Informação & Informação, Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Biblos (Peru), Informação & Sociedade: Estudos, Informação em Pauta, Perspectivas em Ciência da Informação, Perspectivas em Gestão & Conhecimento, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Revista Fontes Documentais, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação e Transinformação.

Quanto à qualidade das publicações, apenas um dos periódicos que publicaram artigos relacionados a Governos Abertos e foi selecionado para o estudo não tem registro de seu estrato Qualis. Os demais têm maior incidência em periódicos com os estratos B1 (12), A1 (7) e A2 (6), na sequência B2 (3) e B5 (2), atribuídos para o quadriênio 2013-2016 e, para a proposta atual do Qualis 2019, há maior incidência para o estrato Qualis A2 (8), B1 (6), A3 (4) e A4 (4).

Com relação às datas de publicação, apesar de não ter sido estabelecida uma margem temporal na estratégia de busca, nota-se que houve maior concentração de publicações nos últimos seis anos (2016-2021), possivelmente, motivado pelo avanço dos Planos Nacionais de Governo Aberto, demonstrando o caráter atual das pesquisas.

4.2 Etapa 2: Exploração do material ou codificação

A partir da exploração do portfólio bibliográfico as pesquisas foram codificadas, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Codificação das pesquisas recuperadas na Brapci relacionadas ao Governo Aberto

Quantidade	Unidade de análise	Autoria
9	Recursos tecnológicos abertos	Silva e Marques (2021); Sousa, Dias e Shintaku (2020); Victorino <i>et al.</i> (2020); Fagundes e Ribeiro Junior, (2020); Silva e Pinheiro (2019); Souto, Arruda e Araújo (2019); Weitzel (2018); Corrêa (2018); José e Dutra (2014).
6	Dados abertos	Silva (2020); Santos e Freitas (2020); Santiago e Dias (2019); Freitas <i>et al.</i> (2018); Ribeiro e Oliveira (2017); Victorino <i>et al.</i> (2017).
3	Acesso à informação	Antunes (2018); Moreira e Malin (2016); Jardim (2012).
3	Gestão	Machado e Lino Junior (2021); Sanchez (2020); Oliveira (2016).
3	Governo Aberto	Bertin <i>et al.</i> (2019); Moreira <i>et al.</i> (2017); Silva; Pinheiro (2017).

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

É válido mencionar que algumas pesquisas, embora categorizadas em uma ou duas unidades de análise, poderiam constar em mais unidades, em função de sua transversalidade. No entanto, neste trabalho, enfocou-se na unidade compreendida como basilar em cada pesquisa. Destaca-se que apenas um artigo foi publicado em periódico do exterior, apesar de seus autores serem brasileiros.

4.3 Etapa 3: Tratamento dos resultados

No âmbito do Acesso à informação, Jardim (2012) abordou sobre o cenário histórico-social no qual foi criada a Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), estabelecendo como uma das categorias de análise da pesquisa a interface com o Governo Aberto. Moreira e Malin (2016) buscaram avaliar a utilização de Dados Governamentais Abertos (DGA) pela sociedade brasileira a partir dos aplicativos gerados entre 2013 e 2014.

E Antunes (2018) verificou a efetividade das informações governamentais e participação social, ou seja, a apropriação das informações disponibilizadas pelo Governo.

Na perspectiva dos dados abertos, Ribeiro e Oliveira (2017) analisaram a apropriação do Código de Endereçamento Postal (CEP) pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo, transformando uma informação pública de acesso gratuito em produto comercializado. Victorino *et al.* (2017) propuseram um ecossistema de Big Data como suporte à análise de dados abertos governamentais conectados, por meio do uso de abordagens das áreas de Ciência da Informação e Ciência da Computação. Freitas *et al.* (2018) também trouxeram a lógica de ecossistema aplicada aos dados abertos disponíveis nos portais do Governo, descrevendo os principais componentes do ecossistema de dados abertos na esfera federal. Santiago e Dias (2019) analisaram a participação do conjunto das doutoras que possuem currículos cadastrados na Plataforma Lattes e cujo gênero registrado seja do sexo feminino, ou se já fizeram uso dos dados abertos disponíveis na base de dados. Santos e Freitas (2020) identificaram as universidades federais brasileiras que implantaram a Política Brasileira de Dados Abertos a partir do decreto n. 8.777/2016, e também o indicativo de evolução para Ciência Aberta. E Silva (2020) apresentou a disponibilização e exposição de dados abertos sobre a covid-19 pelo Governo Federal do Brasil.

Em relação à gestão, Oliveira (2016) elucidou sobre a gestão arquivística de documentos para apoiar a publicação de dados governamentais abertos, com a premissa de que documentos arquivísticos também são fontes desses dados. Sanchez (2020) abordou sobre a importância do fluxo da informação no auxílio da manutenção das premissas que visam ao combate à corrupção e aprimoramento da gestão democrática, a partir da análise das características do comportamento informacional dos agentes sociais das entidades da sociedade civil organizada brasileira. Machado e Lino Junior (2021) analisaram, na perspectiva dos conceitos de Governo Aberto e justiça aberta, o modelo de gestão adotado pelo órgão central regulador do Poder Judiciário brasileiro.

Referentes ao Governo Aberto especificamente, Bertin *et al.* (2019) relataram a construção participativa do compromisso oriundo do tema “Inovação e Governo Aberto na Ciência”, assumido pelo Brasil em seu 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto. O compromisso relatado foi primordial para o Compromisso 8 do 5º Plano de Ação Nacional. Moreira *et al.* (2017) abordaram os metadados dos serviços de disponibilização de dados governamentais a partir da declaração de Governo Aberto, que anunciou planos de ação para tornar conjuntos de dados acessíveis baseado nos princípios de Dados Governamentais Abertos, resultando na implantação do Portal

Brasileiro de Dados Abertos. Silva e Pinheiro (2019) analisaram a utilização dos dados governamentais abertos (DGA) no campo da administração pública do Brasil.

Na unidade de análise Recursos tecnológicos abertos, José e Dutra (2014) detalharam o formato aberto *Open Documento Format* (ODF) para a criação de documentos digitais editáveis em toda a esfera pública nacional. Corrêa (2018) discutiu aspectos relacionados com a apresentação visual de dados abertos disponíveis pelo governo e introduziu uma técnica para visualização de informações. Weitzel (2018) mapeou os repositórios institucionais brasileiros até o período de maio de 2017 com o objetivo de retratar a situação atual para o momento e contribuir com subsídios para a orientação de ações e diretrizes nacionais e internacionais para implementação de repositórios ou sua integração em rede. Souto, Arruda e Araújo (2019) discutiram sobre a análise de dados para a prevenção de fraudes em processos de pregão eletrônico, fundamentada na premissa de dados abertos do Governo Federal. Silva e Pinheiro (2019) identificaram aplicativos disponibilizados pelo governo brasileiro e seu grau de reuso baseado na utilização dos Dados Governamentais Abertos pela sociedade.

Já Fagundes e Ribeiro Junior (2020) propuseram um modelo baseado em Frictionless Data (FD) para auxiliar na publicação de dados abertos governamentais (DAGs). Victorino *et al.* (2020) apresentaram uma proposta de arquitetura baseada em sistemas de organização da informação e do conhecimento, para dar suporte à publicação de dados abertos conectados. Sousa, Dias e Shintaku (2020) analisaram o papel dos repositórios governamentais, para o modelo aberto de governança que aproxima os cidadãos à gestão pública pelo acesso a informações. Silva e Marques (2021) abordaram as aplicações blockchain para aumento da transparência e a participação da sociedade no governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer na produção científica brasileira em Ciência da Informação os tipos de abordagens em torno da Parceria para Governo Aberto consistiu no objetivo que norteou a pesquisa apresentada neste artigo. Verifica-se, por meio da exposição e análise das pesquisas selecionadas, o desenvolvimento reflexivo e prático das abordagens acerca da Parceria para Governo Aberto. Se, por um lado, há identificações e busca de suporte teórico na Ciência da Informação, por outro, há aplicações de métodos e ferramentas com a finalidade de garantir o fortalecimento das ações de Governo Aberto e o acesso da sociedade a informações com efetividade e eficiência.

Desse modo, visualiza-se que o interesse pela temática tem aumentado exponencialmente na perspectiva da Ciência da Informação brasileira, o que pode ser considerado como contribuição, apoio e desenvolvimento dos 11 marcos do Compromisso 8 “Construir uma proposta de modelo de avaliação que fomente a Ciência Aberta” no 5º Plano de Ação brasileiro.

O estudo evidenciou a pertinência das produções com os pilares que sustentam a Ciência Aberta, conforme Silva e Silveira (2019), estão relacionados à transparência da pesquisa científica, do detalhamento dos procedimentos de criação de metodologias e gestão de dados científicos, para que sejam compartilhados, reutilizados de forma acessível sem custos a todos os níveis da sociedade, com a colaboração de não cientistas na pesquisa, possibilitando a ampliação da participação social por meio de um conjunto de elementos que define novos recursos para a concepção da comunicação científica.

Registra-se que o Compromisso 8 foi concretizado em totalidade a partir de seus marcos e os resultados e produtos podem ser consultados em wiki específica (TRANSPARÊNCIA EM CIÊNCIA..., 2022).

Ao retomarmos a pergunta norteadora deste estudo que buscou compreender como pesquisadores da área de Ciência da Informação têm abordado o tema Governo Aberto em suas pesquisas, entende-se que os assuntos Recursos tecnológicos abertos, dados abertos e acesso à informação materializam e indicam os caminhos seguidos em pesquisas na área, atuando como instrumentos de fortalecimento do movimento de Ciência Aberta no Brasil, considerando que entre os objetos de estudos destacados aqui têm sido debatidos e publicados nos periódicos da área.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maciel Carlos. A efetividade informacional dos portais de transparência governamentais na perspectiva do cidadão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 162-178, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n2>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/33423>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Brapci), 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BERTIN, Patrícia Rocha Bello; FORTALEZA, Juliana Meireles; SILVA, Adriana Cristina da; OKAWACHI, Massayuki Franco. A parceria para Governo Aberto como plataforma para o avanço da Ciência Aberta no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/hZGKbLBrvv3KjBFNnZ65qDN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ASI.5090190103>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **O que é a iniciativa**. Governo Aberto. Brasília, DF: CGU, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Transparência em Ciência: novos mecanismos de avaliação para o avanço da Ciência Aberta – Monitoramento e Execução**. Governo Aberto. Brasília, DF: CGU, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/50-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-8-transparencia-em-ciencia-novos-mecanismos-de-avaliacao-para-o-avanco-da-ciencia-aberta/meio-ambiente-e-floresta-monitoramento-e-execucao>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Histórico**. Brasília, DF: IBICT, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-ibict-1/historico>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FAGUNDES, Melissa Figueira; RIBEIRO JUNIOR, Divino Ignácio. Modelo baseado em Frictionless Data aplicado aos dados abertos governamentais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. e020034-e020034, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661528>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FACILITATE OPEN SCIENCE TRAINING FOR EUROPEAN RESEARCH (FOSTER). Open Science: what is it?. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://book.fosteropenscience.eu/en/02OpenScienceBasics/09OpenSciencePolicies.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FREITAS, José Antônio de Carvalho; BALANIUK, Remis; SILVA, Ana Paula Bernardi da; SILVEIRA, Vitória Santiago da. O ecossistema de dados abertos do governo federal: composição e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3952>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HAMEL, Candyce; MICHAUD, Alan; THUKU, Micere; STEVENS, Adrienne; NUSSBAUMER-STREIT; Barbara; GARRITTY, Chantelle. Defining Rapid Reviews: a systematic scoping review and thematic analysis of definitions and defining characteristics of rapid reviews. **Journal of Clinical Epidemiology**, New York, v. 129, p. 74-85, 7 oct. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2020.09.041>. Acesso em: 10 dez. 2022.

JARDIM, José Maria. A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais. *Tend. Pesq. bras. Ciência da Informação*, Brasília, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/266>. Acesso em: 10 dez. 2022.

JOSÉ, Ivan Paes; DUTRA, Moisés Lima. Documentos digitais editáveis, padrões abertos e interoperabilidade de dados: um levantamento nos sítios de universidades públicas em Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 52-60, 2014. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/view/948>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MACHADO, Jorge; LINO JUNIOR, Daniel Alves. Gerencialismo e justiça aberta. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1755>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MOREIRA, Fábio Mosso; ZAFALON, Zaira Regina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SANTANA, Ricardo César Gonçalves. Metadados para descrição de datasets e recursos informacionais do “Portal Brasileiro de Dados Abertos”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 158-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nsNf68fmh3y4tNnh3XpjCZG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MOREIRA, Luiz de Jesus; MALIN, Ana Maria Barcellos. Dados governamentais abertos: avaliação dos usos e aplicações no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/401>. Acesso em: 10 dez. 2022.

OLIVEIRA, Carolina. A gestão arquivística de documentos como apoio à publicação de dados governamentais abertos. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 168-178, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/716>. Acesso em: 10 dez. 2022.

- OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reuerj/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- RIBEIRO, Ana Maria de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Braga. Código de endereçamento Postal (CEP), um obstáculo aos dados abertos no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, 2017. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1353>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SANCHEZ, Cristiane Sinimbu. Comportamento Informacional e Governo Aberto: o “horizonte de informação” dos agentes da Sociedade Civil Organizada brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1472>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SANTIAGO, Monique de Oliveira; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. Dados de acesso aberto para compreensão da produção científica das mulheres no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 3, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136498>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SANTOS, Ana Cristina Gomes; FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Dados abertos e ciência aberta: como as universidades federais brasileiras se apresentam nesse horizonte. **Biblios: Revista eletrônica de bibliotecologia, archivología y museología**, Lima, n. 78, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8031014>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVA, Euber Chaia Cotta; MARQUES, Rodrigo Moreno. Blockchain no setor público: uma revisão sistemática de literatura. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/79903>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Visualização de dados abertos no setor público. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 540-523, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8341>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVA, Márcio Bezerra da. A apresentação de dados abertos sobre a Covid-19 pelo Governo brasileiro: sinalizações ferramentais. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, p. 494-503, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/674>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVA, Patrícia Nascimento; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Dados governamentais abertos em aplicativos brasileiros. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 31-50, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28647>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SILVEIRA, Lúcia da; RIBEIRO, Nivaldo Calixto; SANTOS, Sarah Rúbia de Oliveira; SILVA, Fernanda Meirelle de Almeida; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; CAREGNATO, Sônia Elísa; OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; OLIVEIRA, Dalgiza Oliveira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 26, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79646>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; DIAS, Guilherme Ataíde; SHINTAKU, Milton. Lei de Acesso à Informação e Repositórios Governamentais como instrumentos para um modelo aberto de governança. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-17, 2020. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1129>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SOUTO, Hugo Medeiros; ARRUDA, Eduardo Martins de; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Mineração de dados no contexto dos pregões eletrônicos. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 47-64, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/426039>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- TAYLOR, Robert S. Professional aspects of Information Science and Technology. **Annual Review of Information Science and Technology – ARIST**, Medford, v. 1, n. 1, p. 15-40, 1966.

TRANSPARÊNCIA EM CIÊNCIA PARA O AVANÇO DA CIÊNCIA ABERTA – 5º PLANO DE AÇÃO OGP BRASIL. *In: Wiki RNP*. [Brasília, DF: RNP, 2022]. Disponível em: <https://wiki.rnp.br/x/So-QCQ>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VALZANO, Virginia. Open Science: new models of scientific communication and research evaluation. **SCIRES-IT-SCientific REsearch and Information Technology**, v. 10, p. 5-12, 2020. Disponível em: <http://www.sciresit.it/article/view/13346>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VICTORINO, Márcio de Carvalho; MARTINS, Luiz; HOLANDA, Maristela; FONSECA, Rodrigo. Arquitetura de publicação de dados abertos conectados governamentais da Universidade de Brasília. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e67665>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VICTORINO, Márcio de Carvalho; SHISSL, Marcelo; OLIVEIRA, Edgard Costa; ISHIKAWA, Edson; HOLANDA, Maristela Terto de; HOKAMA, Marçal de Lima. Uma proposta de ecossistema de big data para a análise de dados abertos governamentais concetados. **Informação & sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 225-242, 2017. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/es/revista/informacao-sociedade/articulo/uma-proposta-de-ecossistema-de-big-data-para-a-analise-de-dados-abertos-governamentais-concetados>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 105-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WITTER, Carla. Psicologia escolar e produção científica. *In: WITTER, Carla (Org.). Ensino de Psicologia*. Campinas: Alínea, 1999. p. 119-142.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- **Reconhecimentos:** Controladoria-Geral da União. Pessoas e instituições participantes dos grupos de trabalho referentes aos marcos do Compromisso 8.
- **Financiamento:** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
- **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
- **Aprovação ética:** Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e material:** Os dados utilizados no artigo estão disponíveis no texto.
- **Manuscrito publicado como preprint:** Não se aplica.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Contribuição	Sena, M. B. P.	Ribeiro, N. C	Melo, B. A.	Carvalho Segundo, W. L. R.
Concepção do estudo	X	X		
Conceitualização	X	X		
Metodologia	X	X		
Coleta de dados / investigação	X	X		
Curadoria de dados	X	X	X	X
Análise dos dados	X	X	X	X
Discussão dos resultados	X	X	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X		
Rascunho original	X	X		
Revisão e edição final	X	X	X	X
Supervisão e administração	X	X		
Aquisição de financiamento				

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)** direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLICADOR

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Presidente do Corpo Editorial

Angélica C. D. Miranda, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editora da Revista

Maria Helena Machado de Moraes, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editor Associado

Nivaldo Calixto Ribeiro, Universidade Federal de Lavras, UFLA.

Assistente de Editor

Luan Soares Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Revisor da língua portuguesa

Os Autores.

Revisor de referências

Os Autores.

HISTÓRICO:

Recebido em: 24/03/2023

Aceito em: 08/05/2023

Publicado em: 13/11/2023

Este formulário foi elaborado a partir das boas práticas sugeridas pela SciELO no seu formulário de conformidade com a Ciência Aberta e pelos formulário de Notas da Obra dos periódicos científicos: Encontros Bibli, AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento e do formulário Credit da Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.